

Cargo: S02 - ASSISTENTE SOCIAL

Disciplina: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
36	ratifica a subordinação dos direitos sociais à lógica orçamentária.	<p>Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que segundo lamamoto (2012) "as estratégias para responder à <i>questão social</i> têm sido tensionadas por projetos político-institucionais distintos, que presidem a estruturação legal e a implementação das políticas sociais públicas desde o final dos anos 80, e que convivem em luta em seu interior" (p.195). segue a autora, então, distinguindo os dois projetos, o primeiro "que norteia os princípios da seguridade social na Carta Constitucional de 1988, aposta no avanço da democracia, fundada na participação e do controle popular; na universalização dos direitos e, em consequência, da cobertura e do atendimento das políticas sociais; (...) requer reafirmar a primazia do Estado (...) implica partilha e deslocamento de poder" (lamamoto,2012:196). A autora revela que o segundo projeto, que tensiona o primeiro, apresenta uma proposta político-institucional em resposta à questão social de inspiração neoliberal que "parte das políticas de ajuste recomendadas pelos organismos internacionais, comprometidas com a lógica financeira do grande capital internacional, que capturam o Estado nacional num contexto de crise e de fragilização do processo de organização dos trabalhadores. (...) atropelando, no processo de sua regulamentação legal, as normas constitucionais relativas aos direitos sociais, o que atinge profundamente a seguridade social. Essa regulamentação ratifica a subordinação dos direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica e subverte o <i>preceito constitucional</i>." (lamamoto,2012:196).</p> <p>IAMAMOTO, M. V. 2012. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. SP:Cortez.</p>	INDEFERIDO	-
37	eficácia.	<p>Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a fundamentação apresentada pelo candidato contra o gabarito, não corresponde ao conteúdo da referida questão.</p> <p>Sobre a questão 37, temos a dizer que segundo Arretche (2009) a avaliação de eficácia "é seguramente a mais usualmente aplicada nas avaliações correntes de políticas públicas. Isso porque ela é certamente aquela mais factível e menos custosa de ser realizada. O avaliador estabelece uma equação entre metas anunciadas por um programa e, com base nas informações disponíveis, as relaciona às metas alcançadas e,</p>	INDEFERIDO	-

		<p>deste modo, conclui pelo sucesso ou fracasso da política” (p. 34). Assim, a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa seus resultados efetivos, é a avaliação de eficácia.</p> <p>ARRETCHE, M.T.S.2009. Tendências no estudo sobre avaliação. In Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. SP: Cortez.</p>		
38	empréstimo.	<p>Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que segundo Iamamoto (2009:29) “o capital dinheiro aparece como coisa autocriadora de juro, dinheiro que gera dinheiro (D – D’), obscurecendo as cicatrizes de sua origem. (...) a essa forma mais coisificada do capital, Marx denomina de <i>capital fetiche</i>. O juro aparecesse como se brotasse da mera <i>propriedade</i> do capital, independente da produção e da apropriação do trabalho não pago. A forma de <i>empréstimo</i> é peculiar à circulação do capital como mercadoria e marca a diferença específica do capital portador de juro”.</p> <p>IAMAMOTO, M. V. 2009. O Serviço social na cena contemporânea. In serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília:CFESS-ABEPSS.</p>	INDEFERIDO	-
39	princípios.	<p>Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que segundo Barroco (2012:120-121) “os princípios representam a estrutura ideológica sobre a qual se elaborou e se assentou o Código de Ética do assistente social. Eles se configuram como parâmetros ideológicos das regras materiais contidas nos artigos do Código de Ética. Possibilitam conferir a necessária unidade, coerência e harmonia ao sistema jurídico estabelecido pelo Código. Ademais, os princípios perpassam toda a normativa do Código, representando o alicerce do conjunto do regramento estabelecido, que é o fundamento da concepção do projeto ético-político adotado pelo Código”.</p> <p>BARROCO, M.L.S. TERRA, S. H. 2012. Código de ética do/a assistente social comentado. SP:Cortez.</p>	INDEFERIDO	-
40	o redimensionamento dos instrumentos se dá com a teoria.	<p>Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que segundo Santos (2013) “a teoria contribui com o redimensionamento dos instrumentos ao oferecer a forma de trata-los, as estratégias e as abordagens, porquanto podemos utilizar instrumentos diferentes em nossa intervenção, mas que os utilizemos de acordo com o método por nós aceito. Daí, método não poder ser confundido com procedimentos metodológicos, com instrumentos, estratégias e abordagens, mas sim compreendido em uma intrínseca relação com a teoria e com o processo de conhecimento” (p.83-84). E a autora completa, “o que compete a teoria é revelar as mediações que constituem a prática, é mostrar que a prática é um processo histórico determinado pela ação dos homens, é referenciar a prática e, dentro dela, os instrumentos e técnicas. O que cabe à teoria, nesse sentido, é oferecer subsídios na utilização de instrumentos, ou seja,</p>	INDEFERIDO	-

		<p>imputar a eles a finalidade, a análise, o conceito, o conteúdo; dar a eles um significado próprio, condizente com os princípios fundamentais da teoria que os orienta” (Santos,2013:85-86).</p> <p>SANTOS, C. M. 2013. Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. RJ:LumenJuris.</p>		
41	pedagogia emancipatória.	<p>Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que segundo Miotto (2009:509) “com base nas contribuições gramscianas, é possível dizer que as ações socioeducativas, realizadas no âmbito dos processos socioassistenciais criam condições para que ele elabore, de maneira crítica e consciente, sua própria concepção de mundo e que participe ativamente na produção da história do mundo construindo uma nova cultura. Dessa forma, os assistentes sociais colocam em movimento o princípio educativo da ‘pedagogia emancipatória’ proposto por Abreu (2002). Este segundo a autora, erigiu-se a partir de condições sócio-históricas e político-ideológicas de elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional de caráter ético-político, calcado no paradigma crítico-dialético”.</p> <p>MIOTTO, R.C. 2009. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS-ABEPSS.</p>	INDEFERIDO	-
42	projeto de trabalho.	<p>Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que segundo Couto (2009:653) “embora os princípios norteadores do projeto profissional estejam fundados na perspectiva da construção de uma outra sociedade, é nos parâmetros do capitalismo que se materializa a profissão, e o assistente social é chamado a prestar serviços que podem corroborar o <i>status quo</i> ou atuar para criar outras formas de sociabilidade, que problematizem a organização da sociedade. Para que isso ocorra, é necessária uma sólida teórica e técnica. É preciso fugir das improvisações, é imperioso planejar o trabalho, dar-lhe sentido teleológico”. Dessa forma, “o projeto de trabalho constitui um instrumento fundamental para a consolidação do projeto ético-político profissional. Ao desenhá-lo, o assistente social estabelece os parâmetros profissionais que demarcam o seu trabalho e o compromisso assumido com o projeto coletivamente construído pela profissão, ao longo das últimas décadas, em conjunto com as organizações da categoria” (Couto,2009:661-662).</p> <p>COUTO,B.R. 2009. Formulação de projeto de trabalho profissional. In serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília:CFESS-ABEPSS.</p>	INDEFERIDO	-
43	extensividade.	<p>Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o cotidiano apresenta três características: a diferencialidade, a</p>	INDEFERIDO	-

		<p>imediatividade e a superficialidade extensiva. Sobre a última Guerra (2007:13) salienta que “considerando que as demandas do cotidiano são extensivas, amplas, difusas, diferenciadas e imediatas, os sujeitos acabam por encaminhá-las de maneira superficial, dado que a prioridade da vida cotidiana está em responder aos fenômenos na sua extensividade, e não na sua intensividade”.</p> <p>GUERRA, Y. 2007. O Projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In serviço social e sociedade n.91. SP: Cortez.</p>		
45	pesquisa-ação	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o mesmo não respeita os critérios estabelecidos no subitem 16.3 do edital: “O recurso deve conter a fundamentação das alegações comprovadas por meio de citação de artigos, amparados por legislação, itens, páginas de livros, nome dos autores”.	INDEFERIDO	-
46	direito.	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a fundamentação apresentada pelo candidato contra o gabarito, não corresponde ao conteúdo da referida questão. Com relação à questão 46, temos a dizer que o CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL especifica na alínea “b” do artigo 12 que constitui DIREITO do/a assistente social: “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculadas à luta pela consolidação e ampliação da democracia dos direitos de cidadania”.	INDEFERIDO	-
48	vigilância social.	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a banca corrobora com a argumentação dos candidatos que defendem que o termo correto aplicado pela Lei Orgânica da Assistência Social, Lei 8742/1993, no Parágrafo único do art. 6º-A é VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL. Sendo assim, por não haver alternativa com o termo correto, a banca decide pelo deferimento e consequente anulação da questão.	DEFERIDO	ANULADA
51	16 anos.	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/1990, estabelece no §3º do art.42 que: “o adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotado”.	INDEFERIDO	-
54	de imediato.	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a Lei Maria da Penha, Lei 11340/2006, no §1º do art. 19 determina que as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado”.	INDEFERIDO	-
56	integralidade, factibilidade, coerência e viabilidade.	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a fundamentação apresentada pelo candidato contra o gabarito, não corresponde ao conteúdo da referida questão. Com relação à questão 56, temos a dizer que a Política Nacional de	INDEFERIDO	-

		<p>Atenção Integral à Saúde do Homem estabelece diretrizes que são “formulações que indicam as linhas de ação a serem seguidas pelo setor da saúde, [e] devem reger a elaboração dos planos, programas, projetos e atividades. Elas [as diretrizes] foram elaboradas tendo em vista a integralidade, factibilidade, coerência e viabilidade, sendo norteadas pela humanização e qualidade da assistência, princípios que devem permear todas as ações”.</p> <p>Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. 2008. Princípios e Diretrizes. Brasília. Ministério da Saúde. Pag.29.</p>		
60	presumidamente ou comprovadamente presente transtorno mental e esteja em conflito com a lei.	Em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a fundamentação apresentada pelo candidato contra o gabarito, não corresponde ao conteúdo da referida questão.	INDEFERIDO	-